

DIÁLOGOS SOBRE A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS

CICLO DE SEMINÁRIOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | 2024

Relatório-Síntese do 2º Seminário
12 e 15 de julho de 2024 | 09.00h-13.00h

Introdução

A criação de ambições partilhadas pode enquadrar discussões prospetivas e pode ser usada para gerar um conjunto de cenários futuros coletivos e preferidos para impactar o futuro e o presente. (MacGrath, 2023, p. 9, trad.)¹

O mote para a realização do ciclo de seminários “Diálogos sobre a Inovação Pedagógica nas Escolas” pode ser encontrado na citação em epígrafe, que nos desafia a criar ambições partilhadas para a projeção de cenários de inovação. A partir deste mote e na sequência da elaboração da [Recomendação nº 4/2023, de 11 de dezembro, e do Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas](#) (CNE, 2023), o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Comissão Especializada Permanente “Inovação Pedagógica nas Escolas”, dinamiza em 2024 um ciclo de três seminários *online* destinados a três grupos de atores-chave: (i) representantes de escolas envolvidas no desenvolvimento de planos de inovação; (ii) representantes de instituições de ensino superior (IES) ligadas à formação de educadores e professores; e (iii) representantes de entidades de formação contínua desses profissionais. Este 2º seminário foi dirigido às IES públicas e privadas com mestrados em ensino, tendo sido convidados os diretores desses mestrados e os coordenadores de estágio/ prática pedagógica, ou seus representantes.²

O ciclo de seminários tem as seguintes finalidades:

- promover a reflexão e o diálogo sobre a inovação pedagógica nas escolas, à luz da Recomendação e do Referencial do CNE, e das experiências dos participantes;
- projetar cenários de inovação pedagógica a partir do que já se faz e do que se ambiciona fazer;
- contribuir para a definição de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de linhas de (inov)ação coletiva nos contextos educativos e de formação profissional.

No Referencial desenvolvido pelo CNE e na Recomendação dele resultante, propõe-se uma visão transformadora da educação e define-se a inovação pedagógica como *um processo fundamentado, situado e intencional de conceção, desenvolvimento e avaliação de mudanças nas práticas educativas, focando-as nos educandos e na aprendizagem, e orientando-as para a construção de uma educação e de uma sociedade (cada vez mais) humanistas e democráticas*. Com base no Referencial e na Recomendação, foram equacionadas ambições focadas na formação inicial, através da formulação de questões do tipo *E se...?*, por ex.: *E se... os programas de formação assentarem numa visão partilhada da formação para o desenvolvimento de uma educação transformadora nas escolas?* A partir de cada ambição é possível projetar um cenário de inovação, refletindo-se acerca do que já é feito e pode ser melhorado para a concretizar, do que se espera conseguir e das condições a criar para viabilizar novas práticas; num segundo movimento ainda mais prospetivo e que visa mudanças a mais longo prazo, podem ser identificadas transformações a efetuar, ações a desenvolver, resultados esperados e condições necessárias.

O registo dos cenários de inovação é apoiado pela grelha abaixo apresentada, preenchida pelos participantes dos seminários e posteriormente enviada ao CNE. Num primeiro momento, depois de uma apresentação da metodologia de trabalho, os participantes reúnem em salas paralelas constituídas de forma aleatória, sendo as ambições distribuídas pelas salas, com a moderação de conselheiros do CNE. Num segundo momento, os

¹ MacGrath, J. (2023). *What systematic connections should we have around schools to support the work of teachers? Global lessons and the potential of ambition loops*. OECD Education Working Paper No. 296. <https://dx.doi.org/10.1787/77de597c-en>

² Num total de 57 IES, estiveram no seminário 62 representantes de 21 IES.

grupos partilham as suas conclusões em plenário, sendo esta parte do seminário gravada com a permissão dos participantes.

Projetar Cenários de Inovação Pedagógica

Ambição: <i>E se...?</i>			
O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar

Partir de uma ambição coloca a reflexão no plano de um futuro desejado e partilhado, o que incentiva a análise de práticas em curso, a imaginação de alternativas e a identificação de condições que as podem tornar viáveis a curto, médio ou longo prazo. Assim se podem construir *narrativas do desenvolvimento*, em contraponto com *narrativas do constrangimento* (O'Meara et al., 2008)³, valorizando-se a agência profissional numa atitude proativa e de esperança face à possibilidade de mudança.

Para o 2º seminário, foram propostas 6 ambições:

E se...

... os programas de formação assentarem numa visão partilhada da formação para o desenvolvimento de uma educação transformadora nas escolas?

... os programas de formação fomentarem a mudança educativa através da articulação entre teoria e prática ao longo do seu desenvolvimento e nas diversas componentes da formação?

... a formação em estágio envolver os formandos em projetos de investigação-ação para a exploração de abordagens pedagógicas centradas nos educandos, democráticas e inclusivas?

... as IES trabalhem em rede com as escolas no desenvolvimento de práticas de formação que fomentem a mudança educativa?

... os formadores das IES constituírem comunidades de prática para explorar e investigar práticas de formação que fomentem a mudança educativa?

... houver um acompanhamento e uma avaliação do potencial transformador dos programas de formação, durante e/ou após o seu desenvolvimento, com implicações na melhoria desses programas?

No ponto seguinte, são apresentados seis cenários de inovação resultantes da exploração das ambições propostas, tendo-se fundido os contributos dos dois dias de realização do seminário. Com base nas grelhas enviadas pelos participantes, na gravação da sua apresentação e nas notas de campo dos moderadores, foi realizado um trabalho de revisão e edição que implicou alguma reorganização e síntese de ideias, assim como alguma homogeneização de linguagem. Em linha com o texto do Referencial e da Recomendação, utiliza-se o termo “escola/s” em sentido amplo, abrangendo a noção de “agrupamento de escolas” e os vários tipos de instituições; utilizam-se também de forma ampla os termos “educador/es” e “educando/s” no que diz respeito aos docentes e alunos das escolas. Os termos “formador/es” e “formando/s” designam os docentes e os estudantes dos mestrados em ensino, os termos “supervisor/es” e “orientador/es cooperante/s” designam os formadores que orientam estágio nas IES e nas escolas, e o termo “estágio” designa a prática de ensino supervisionada. São usadas as seguintes siglas: UC - Unidade/s Curricular/es; IPP – Iniciação à Prática Profissional; CoP – Comunidade/s de Prática.

O relatório apresenta, ainda, os resultados da avaliação do seminário, algumas notas finais e a lista de participantes. Agradece-se aos participantes pelo seu envolvimento e pelos contributos valiosos que trouxeram, esperando-se que esses contributos inspirem e apoiem a reflexão em torno de cenários de inovação assentes numa visão transformadora das práticas formativas e educativas.

³ O'Meara, K., Terosky, A. L., & Neumann, A. (2008). *Faculty careers and work lives: A professional growth perspective*. ASHE Higher Education Report. Wiley.

Cenários de Inovação

E se... os programas de formação assentarem numa visão partilhada da formação para o desenvolvimento de uma educação transformadora nas escolas?

Esta ambição coloca em questão a existência de concepções e práticas diversas nas IES e, assim, a necessidade de reflexão, colaboração, partilha e participação coletiva na construção de uma visão partilhada. O cenário de inovação proposto supõe o diálogo interdisciplinar e interinstitucional para a criação de referenciais de ação, a renovação e a monitorização de planos de estudos, programas e práticas de formação, a valorização da supervisão e da formação em supervisão, a melhoria das condições do trabalho superviso e a instituição de tempos e espaços de reflexão e investigação para a melhoria das práticas formativas e educativas.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Definir um referencial da formação e da prática pedagógica norteado pelo perfil de entrada e de saída dos formandos, a partir do qual sejam definidos os conteúdos e as metodologias de formação</p> <p>Articular as componentes e as áreas científicas do currículo de formação, e fortalecer parcerias com as escolas cooperantes</p> <p>Desenvolver metodologias ativas, incentivando o trabalho em contexto real</p> <p>Formar para os desafios da sociedade no quadro dos princípios da sustentabilidade</p> <p>Construir a identidade e o sentimento de pertença à organização de todos os envolvidos (formadores/supervisores, orientadores cooperantes e formandos)</p> <p>Partilhar práticas em seminários pedagógicos com a presença de todos os envolvidos (formadores/supervisores, orientadores cooperantes e formandos)</p> <p>Organizar formação acreditada e em diversos formatos para os orientadores cooperantes, que traduza e promova uma visão partilhada da formação</p>	<p>Melhorar as práticas interdisciplinares e promover um trabalho de iniciação à investigação que reúna várias UC</p> <p>Monitorizar a forma como as UC contribuem para o perfil de saída dos formandos</p> <p>Dinamizar metodologias ativas no âmbito de CoP constituídas entre os formadores</p> <p>Investir no desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que preparem os formandos para novas realidades</p> <p>Reunir periodicamente todos os formadores para uma visão conjunta e a partilha de boas práticas</p> <p>Promover o diálogo entre as escolas e as IES</p> <p>Intensificar a ida dos supervisores às escolas e o trabalho com os orientadores cooperantes</p> <p>Aumentar o número de orientadores cooperantes, com uma preparação adequada</p> <p>Aprovar anualmente um guia de estágio com a contribuição de todos</p> <p>Promover boas práticas de reflexão e investigação-ação</p>	<p>Articular o que se ensina nas IES com os desafios da incerteza e da complexidade nas escolas</p> <p>Contribuir para uma formação ética, holística e transformadora, formando cidadãos conscientes, capazes de mobilizar saberes ao longo da vida</p> <p>Promover a investigação-ação numa perspectiva de mudança a partir da reflexão</p> <p>Articular áreas e componentes de formação, e reformular os currículos numa perspectiva de mudança de práticas instaladas</p> <p>Criar espaços de formação entre IES e escolas, e aprofundar parcerias entre supervisores, orientadores cooperantes e formandos</p>	<p>Promover uma revisão coerente e integrada de planos de estudos e programas de ensino, valorizando o conhecimento científico, pedagógico e cultural</p> <p>Atuar numa perspetiva isomórfica, articulando as práticas de formação com o que se espera da prática educativa nas escolas</p> <p>Valorizar o papel das IES na formação, nomeadamente nas ações relacionadas com a supervisão pedagógica</p> <p>Criar condições para a partilha de saberes e experiências entre supervisores e orientadores cooperantes, incluindo a formalização de tempo de qualidade para reuniões de trabalho</p> <p>Melhorar as condições de trabalho dos orientadores cooperantes (remuneração, carga horária...)</p> <p>Instituir formação obrigatória ministrada pelas IES aos orientadores cooperantes</p> <p>Atenuar barreiras às práticas de investigação e articular a investigação dos formadores com a sua atividade de formação</p>

O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Melhorar a relação entre a formação inicial e a formação contínua na auscultação das necessidades e expectativas dos educadores (programas de formação construídos na profissão e para a profissão)</p> <p>Reforçar a articulação entre as IES e as escolas em CoP e projetos formativos comuns</p>	<p>Promover o diálogo interinstitucional</p> <p>Refletir e contribuir continuamente para a construção intencional de uma visão partilhada por parte de todos os agentes</p> <p>Valorizar o trabalho da supervisão e fomentar formações específicas para os orientadores cooperantes</p> <p>Organizar formação em CoP que envolvam as IES e as escolas</p>	<p>Reforçar o compromisso das IES e das escolas na construção e desenvolvimento de um projeto comum de formação (visão e ação partilhadas, sentido de pertença, participação coletiva)</p> <p>Valorizar o estatuto e o papel dos orientadores cooperantes e dos supervisores</p>	<p>Ajustar a legislação às condições necessárias para a participação de todos na construção de uma visão e ação partilhadas</p> <p>Repensar as políticas educativas de forma a promover práticas mais convergentes entre o <i>perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória</i> e a entrada no ensino superior (evitando uma focalização excessiva das escolas nos conteúdos e na preparação dos alunos para os exames de acesso ao ensino superior)</p> <p>Criar formas de acreditação das ações desenvolvidas em CoP</p>

E se... os programas de formação fomentarem a mudança educativa através da articulação entre teoria e prática ao longo do seu desenvolvimento e nas diversas componentes da formação?

Esta ambição contraria uma visão fragmentada do currículo de formação e a separação entre formação teórica e formação prática, exigindo abordagens curriculares integradas. O cenário de inovação proposto destaca a necessidade de articular componentes e áreas da formação, promover a inter/transdisciplinaridade, distribuir o tempo de contacto com as escolas ao longo do curso, valorizar a supervisão, fomentar a colaboração intra/interinstitucional e a constituição de CoP, desenvolver projetos de inovação através da investigação-ação e implementar o ano de indução de forma a garantir a sustentabilidade da inovação no início da carreira.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Incluir UC no ano de estágio que fomentem a investigação-ação e ajudem a sustentar teoricamente os problemas/ dilemas emergentes da prática</p> <p>Garantir que as UC do curso se relacionam com a realidade da escola e organizar a IPP ao longo da formação</p> <p>Promover o envolvimento dos formadores de didática específica no planeamento da prática pedagógica, em conjunto com os formandos, os orientadores cooperantes e os supervisores</p> <p>Dinamizar fóruns de reflexão e investigação ao longo do processo de formação, envolvendo ativamente os formandos e com convite a especialistas, com vista à melhoria da relação teoria-prática</p>	<p>Antecipar oportunidades de investigação-ação e acompanhar projetos de investigação-ação no estágio</p> <p>Aumentar a duração das experiências de IPP e conferir-lhes maior intencionalidade formativa</p> <p>Fomentar a observação de aulas ao longo do processo de formação (observar “in loco” o que é ministrado de forma teórica)</p> <p>Promover um trabalho colaborativo mais regular e abrangente entre os formadores</p> <p>Tornar os fóruns de reflexão e investigação mais frequentes e com periodicidade regular, e reforçar processos investigativos, em especial a investigação-ação e a sua divulgação</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento de educadores-investigadores, capacitando os formandos para a investigação-ação e envolvendo-os em CoP</p> <p>Dedicar tempo à experimentação de práticas pedagógicas diferenciadas e inclusivas, e ajudar a resolver problemas/ dilemas que emergem na comunidade educativa</p> <p>Garantir a articulação entre áreas de formação e potenciar a relação entre teoria e prática</p> <p>Promover o envolvimento dos formadores, supervisores, orientadores cooperantes e formandos na partilha de saberes e experiências</p>	<p>Desenvolver parcerias IES-escolas ao longo da formação e alargar a rede de CoP a nível nacional e internacional</p> <p>Promover ações que elevem a conexão entre áreas de formação e a construção de práticas inter/transdisciplinares</p> <p>Aumentar os momentos de formação partilhada entre os formadores/supervisores e os orientadores cooperantes</p> <p>Atribuir tempo aos orientadores cooperantes para colaborar com as IES, fomentar a sua participação em fóruns e seminários conjuntos, e ampliar as suas oportunidades de formação</p>

O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Criar momentos efetivos de presença dos formandos do 1º ano dos cursos nas escolas</p> <p>Garantir condições efetivas para o desenvolvimento de CoP</p> <p>Garantir aos formandos e aos formadores das IES o contacto com/ participação em práticas de inovação pedagógica nas escolas</p> <p>Fomentar práticas de formação no âmbito da educação inclusiva e da</p>	<p>Definir tempos e objetivos nas UC que permitam concretizar a presença ativa dos formandos nas escolas</p> <p>Atribuir tempo letivo no horário de supervisores, orientadores cooperantes e formandos para o desenvolvimento de CoP</p> <p>Dar a conhecer, nas IES, práticas pedagógicas inovadoras de sucesso</p> <p>Criar um referencial de inovação para o ensino superior</p>	<p>Consciencializar os formandos sobre a ecologia escolar</p> <p>Integrar a dimensão de equidade na ação educativa dos formandos</p> <p>Desenvolver um trabalho colaborativo mais consistente nas IES e com as escolas</p> <p>Modificar práticas nas escolas e nas IES, contribuindo para a vivência de práticas inovadoras ao longo do processo formativo</p>	<p>Projetar modelos de formação em que teoria e prática se articulem de forma integrada</p> <p>Encontrar estratégias formativas de concretização da formação em contexto escolar (por ex.: uma semana em que as atividades letivas decorrem nas escolas da rede de estágio)</p> <p>Criar o estatuto de orientador cooperante</p> <p>Dotar as IES de condições financeiras que permitam</p>

<p>educação especial</p> <p>Criar mecanismos de imersão dos formandos na atividade profissional através do ano de indução</p>	<p>Integrar as questões da educação inclusiva e da educação especial numa UC e articulá-las de forma transdisciplinar em projetos pedagógicos que integrem diferentes UC</p> <p>Constituir equipas de trabalho entre as IES e as escolas no planeamento e desenvolvimento do ano de indução</p>	<p>Garantir uma maior sustentabilidade nos processos de inovação pedagógica no início de carreira</p>	<p>valorizar a supervisão pedagógica</p> <p>Partilhar saberes entre diferentes áreas de formação, com ênfase na promoção de uma educação inclusiva</p> <p>Desenvolver uma rede ou CoP entre as IES, partilhando publicações e experiências relativas a boas práticas na formação</p> <p>Criar regulamentação relativa à implementação do ano de indução</p>
---	---	---	---

E se... a formação em estágio envolver os formandos em projetos de investigação-ação para a exploração de abordagens pedagógicas centradas nos educandos, democráticas e inclusivas?

Esta ambição coloca em discussão a desadequação de práticas de formação em estágio que separam o ensino da investigação e/ou não assentam explicitamente numa visão transformadora da educação. O cenário de inovação proposto sublinha a importância de um trabalho coletivo que responda à necessidade de promover uma educação mais democrática e inclusiva, reforçando a formação de todos os atores nesta área, promovendo o diálogo, a colaboração e a partilha intra/interinstitucional, fomentando a relação ensino-investigação e investigação-formação, criando mecanismos de valorização da supervisão na renovação de práticas educativas e na formação dos orientadores cooperantes, e reforçando o financiamento da formação.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Integrar a análise de políticas educativas e curriculares nas UC dos cursos</p> <p>Oferecer UC que incidam diretamente sobre «diversidade e inclusão na sala de aula» e «educação, currículo e multiculturalismo»</p> <p>Desenvolver competências de argumentação, valorizando a dialogicidade como elemento-chave de uma educação democrática na formação e no ensino</p> <p>Articular teoria e prática no desenho curricular dos cursos, tendo em vista práticas educativas centradas nos educandos e o desenvolvimento de projetos de investigação-ação</p> <p>Incentivar a elaboração de relatórios que integrem os resultados da investigação-ação realizada em estágio</p> <p>Promover reuniões regulares com os orientadores cooperantes para discussão de questões relacionadas com a promoção da democracia e da inclusão na escola</p> <p>Fomentar a participação das escolas em projetos com as IES (projetos Erasmus e outros), reforçando o envolvimento da comunidade educativa</p>	<p>Zelar para que todas as UC tenham em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Promover encontros anuais dos mestrados para partilhar boas práticas orientadas para os valores da democracia e da inclusão</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização de instâncias das escolas (conselhos de curso, conselho pedagógico, núcleos estudantis...) sobre a importância de promover valores de cidadania e inclusão na formação dos futuros educadores</p> <p>Desenvolver projetos de investigação-ação que respondam a necessidades dos contextos de estágio</p> <p>Produzir mais relatórios de estágio que traduzam a complexidade dos ambientes escolares e dos desafios das sociedades contemporâneas</p> <p>Incentivar o envolvimento dos orientadores cooperantes nas dinâmicas de investigação-ação e na elaboração dos relatórios</p> <p>Desenvolver espaços de discussão e de reflexão com os orientadores cooperantes</p> <p>Melhorar as condições de realização do estágio (duração, orientadores cooperantes disponíveis para desenvolver projetos de inovação pedagógica)</p>	<p>Consolidar a ligação entre Educação e Sociedade, em conformidade com as políticas educativas e curriculares em vigor</p> <p>Fomentar a formação de educadores reflexivos, promotores de uma educação transformadora</p> <p>Contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes do valor da democracia e da inclusão, aptos a participarem ativamente na vida social e política</p> <p>Construir CoP que envolvam todos os atores do estágio</p> <p>Conferir mais tempo e qualidade aos processos de supervisão</p>	<p>Criar iniciativas que ampliem o diálogo interinstitucional e garantam a presença de arguentes externos na defesa dos relatórios</p> <p>Criar mais condições para operacionalizar projetos de investigação-ação e desenvolver espaços coletivos de discussão e de reflexão, envolvendo os orientadores cooperantes</p> <p>Criar uma cultura que promova a participação enquanto parte integrante das dinâmicas de formação, reforçando a construção de CoP</p> <p>Estimular uma maior interação entre as unidades de I&D e os cursos, desenvolvendo linhas de investigação ligadas à formação</p> <p>Aumentar os ponderadores de financiamento dos cursos de formação, no sentido de poderem acompanhar a exigência de recursos para o desenvolvimento das modalidades formativas propostas</p>

O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Promover um entendimento da formação alinhado com conceções e práticas atuais, e com os objetivos e valores da democracia</p> <p>Aprofundar a reflexão sobre os valores democráticos de cidadania e de inclusão no âmbito do estágio</p> <p>Envolver todos os intervenientes do estágio em processos de investigação-ação para a transformação das culturas escolares</p> <p>Conceber o estágio como um momento privilegiado de experimentação, investigação e mudança, e como etapa decisiva de <i>feedback</i> sobre a globalidade do processo formativo</p> <p>Fomentar a construção de processos formativos mais colaborativos entre as IES e as escolas cooperantes</p> <p>Estabelecer, nas lideranças escolares, uma política de reforço da colaboração em projetos de investigação-ação-formação</p> <p>Melhorar as condições para a realização do estágio (duração, orientadores cooperantes disponíveis, mecanismos de inovação pedagógica...)</p> <p>Reconhecer e dignificar a função dos orientadores cooperantes, motivando-os para a supervisão e a participação em atividades de investigação-ação</p> <p>Fomentar a articulação entre a formação inicial e a formação contínua</p>	<p>Ponderar a criação de cursos de forma partilhada entre IES, consolidando a tríade investigação-ação/democracia/inclusão, e partilhar boas práticas da formação</p> <p>Incentivar os formandos a desenvolver ações orientadas para a democracia e a inclusão, integradas nos projetos educativos e noutros documentos estratégicos das escolas</p> <p>Aumentar o período de formação em estágio, no sentido de garantir que os formandos possam conceber e experienciar, com qualidade, práticas democráticas e inclusivas</p> <p>Reforçar a formação dos supervisores e orientadores cooperantes (ensino dialógico, supervisão pedagógica, investigação-ação, educação para a cidadania democrática e a inclusão)</p> <p>Criar um curso de formação sobre Democracia, Cidadania e Inclusão, <i>online</i> e aberto à participação de todos os intervenientes no estágio</p> <p>Realizar encontros anuais dos mestrados em ensino para partilha de boas práticas e de projetos de formação orientados para a democracia e a inclusão</p> <p>Publicar relatórios de estágio que integrem resultados de projetos de investigação-ação</p> <p>Promover um maior reconhecimento do estatuto do orientador cooperante (apoio financeiro e à formação nas IES ...)</p> <p>Reconhecer a supervisão de estágio e a participação em projetos de investigação-ação como modalidade de formação contínua dos orientadores cooperantes</p>	<p>Alicerçar a formação inicial nos valores democráticos, de cidadania e de inclusão</p> <p>Consolidar a formação de educadores reflexivos, cidadãos conscientes do valor da democracia e da inclusão, aptos a participarem ativamente na vida social e política</p> <p>Substituir culturas escolares de cariz reprodutor por outras assentes na criatividade, na interação entre investigação e ação e entre a escola e a sociedade</p> <p>Desenhar projetos colaborativos de investigação-ação com significado para os contextos de estágio, promovendo práticas mais centradas nos educandos, democráticas e inclusivas</p> <p>Aumentar o reconhecimento, por parte dos líderes escolares, da importância das suas comunidades se envolverem na formação inicial enquanto instância essencial do processo de inovação educacional</p> <p>Reforçar o papel e o estatuto dos orientadores cooperantes, com implicações na progressão na carreira</p>	<p>Produzir consensos em torno de um Referencial para a Democracia e a Inclusão que informe o desenho dos cursos</p> <p>Criar comissões destinadas a promover o diálogo interinstitucional e elaborar orientações com esse propósito para os órgãos de gestão das IES</p> <p>Implementar espaços de diálogo entre as IES e as escolas na identificação de necessidades de investigação-ação e de modelos para a sua concretização</p> <p>Assegurar o envolvimento das escolas cooperantes nos projetos de formação e de intervenção, evidenciando o seu papel na qualificação global do sistema educativo</p> <p>Encontrar modelos de avaliação e de garantia da qualidade adequados ao estágio, afirmando o seu carácter processual, produtivo e transformador</p> <p>Contratualizar com as unidades de I&D a criação de linhas de apoio a projetos específicos sobre Democracia, Cidadania e Inclusão, diretamente relacionados com os mestrados em ensino</p> <p>Recomendar à FCT que, na avaliação das unidades de I&D, sejam valorizados projetos que contribuam para o desenvolvimento da democracia e da inclusão na formação de educadores e nas escolas</p> <p>Desenhar cursos de formação contínua articulados com os objetivos da formação inicial e o perfil de educador a desenvolver</p> <p>Rever as modalidades de formação contínua, de forma a incluir o trabalho das escolas com as IES</p>

E se... as IES trabalharem em rede com as escolas no desenvolvimento de práticas de formação que fomentem a mudança educativa?

Esta ambição contraria o afastamento entre as IES e as escolas na formação, exigindo o reforço de parcerias que fomentem o estreitamento da relação entre esses contextos no desenvolvimento profissional dos formandos e na renovação das práticas educativas nas escolas. O cenário de inovação apresentado evidencia o papel das escolas na formação em estágio e salienta a importância da colaboração interinstitucional, do desenvolvimento conjunto de projetos de investigação-ação inovadores e da formação dos orientadores cooperantes, assim como a necessidade de melhorar as condições de trabalho na supervisão e incrementar o reconhecimento institucional da atividade supervisiva dos orientadores cooperantes e dos supervisores.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Proporcionar formação em supervisão aos orientadores cooperantes</p> <p>Incentivar a reflexão sobre as aulas supervisionadas</p> <p>Desenvolver eventos e práticas inovadoras reflexivas em torno de temáticas centrais para as realidades educativas</p>	<p>Criar novos cenários de formação pedagógica</p> <p>Estabelecer maior contacto de natureza formativa com os orientadores cooperantes</p> <p>Promover reflexões pós-aula mais frequentes entre o supervisor, o orientador cooperante e os formandos</p> <p>Incrementar dinâmicas de investigação-ação que sejam do interesse dos orientadores cooperantes, de modo a que cada núcleo de estágio constitua uma equipa de investigação</p>	<p>Fomentar a articulação entre a formação prestada pelas IES e as práticas dos orientadores cooperantes</p> <p>Promover a cooperação entre as IES e as escolas por via da investigação-ação, transformando as realidades educativas e gerando conhecimento e desenvolvimento profissional</p> <p>Fomentar a investigação-ação por via da proximidade do núcleo de estágio (supervisor, orientador cooperante, formando)</p> <p>Envolver os orientadores cooperantes no desenho de cenários de inovação pedagógica</p>	<p>Criar uma rede de partilha de boas práticas com as escolas cooperantes</p> <p>Estabilizar a rede de escolas e atender ao perfil do orientador cooperante para o desenvolvimento da investigação-ação e a melhoria das práticas educativas (alinhamento entre IES e escolas/ orientadores cooperantes)</p> <p>Criar sistemas de valorização e recompensa da atividade dos orientadores cooperantes e promover formação acreditada a eles destinada</p>

O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Reforçar a reflexão entre as IES e as escolas sobre práticas inovadoras</p> <p>Melhorar os recursos tecnológicos das escolas</p> <p>Criar condições necessárias nas IES para a atividade da supervisão</p> <p>Estabilizar a rede de escolas e atender ao perfil do orientador cooperante para o desenvolvimento da investigação-ação e a colaboração na melhoria das práticas educativas (alinhamento entre IES e escolas/ orientadores cooperantes)</p>	<p>Criar pontes com os líderes escolares, sensibilizando-os a importância da supervisão e da inovação pedagógica</p> <p>Apetrechar as escolas com mais recursos tecnológicos</p> <p>Criar mais momentos formativos de partilha com a participação do orientador cooperante e dos formandos</p> <p>Melhorar as condições dos supervisores para o acompanhamento do estágio</p> <p>Consciencializar os orientadores cooperantes da sua relevância no processo formativo e da mais-valia do trabalho com as IES</p>	<p>Inovar práticas de formação instituídas</p> <p>Facilitar a mudança educativa e a transição digital, tendo em conta uma educação para a sustentabilidade</p> <p>Reforçar o envolvimento das escolas e dos orientadores cooperantes na formação profissional</p> <p>Reconhecer a necessidade de mais tempo na distribuição de serviço dos supervisores para a atividade de supervisão</p> <p>Formar educadores com um conhecimento profissional profundo e detentores de competências que lhes permitam desenvolver uma</p>	<p>Estreitar a relação entre as IES e as escolas em atividades diversificadas, envolvendo a comunidade escolar nos processos formativos</p> <p>Propor novos formatos de formação que reforcem a articulação do estágio com a realidade educativa das escolas</p> <p>Implicar os decisores na aquisição e manutenção de recursos tecnológicos nas escolas</p> <p>Assegurar mais recursos humanos com formação adequada para a supervisão de estágio</p> <p>Criar sistemas de valorização e incentivo da</p>

		<p>educação de qualidade e envolver-se em processos de desenvolvimento profissional</p>	<p>atividade de supervisão dos orientadores cooperantes, considerando-a como atividade de desenvolvimento profissional na sua formação contínua, com efeitos na carreira</p> <p>Valorizar o papel dos supervisores e a supervisão de estágio como atividade de extensão na avaliação do seu desempenho</p> <p>Rever políticas públicas de modo a favorecer as mudanças propostas</p>
--	--	---	--

E se... os formadores das IES constituírem comunidades de prática para explorar e investigar práticas de formação que fomentem a mudança educativa?

Esta ambição evidencia a agência dos formadores no desenvolvimento dos programas de formação e na promoção da inovação pedagógica nas escolas, através da constituição de CoP. O cenário apresentado propõe o reforço de parcerias IES-escolas e a expansão de CoP intra/interinstitucionais para atividades de formação, inovação, investigação e disseminação, envolvendo a participação dos formandos, o que supõe a criação de condições materiais e humanas, a clarificação e o reconhecimento institucional do estatuto do formador/supervisor e do orientador cooperante, e a valorização da sua agência e do seu desenvolvimento profissional.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Integrar redes de colaboração entre IES para o desenho dos cursos e a inovação pedagógica</p> <p>Construir CoP no âmbito de mestrados específicos (estudos, projetos de intervenção, conferências...)</p> <p>Participar em CoP internacionais destinadas a formadores e outros profissionais da educação</p> <p>Desenvolver a colaboração IES-escolas em atividade formação e de investigação, e realizar fóruns de partilha de boas práticas</p> <p>Disponibilizar uma plataforma <i>online</i> para facilitar a comunicação entre formandos e formadores no âmbito da IPP</p>	<p>Efetivar o acompanhamento e a avaliação dos cursos de forma colaborativa entre IES</p> <p>Envolver as escolas cooperantes em momentos reflexivos, formais e informais</p> <p>Alargar a abrangência de participantes nas CoP (eventualmente, recorrendo a uma plataforma digital) e fomentar a constituição de CoP nas escolas</p> <p>Partilhar as sinergias criadas pelas CoP entre IES congéneres e com as escolas</p> <p>Reforçar o envolvimento dos formandos em projetos de investigação-ação e criar dispositivos de <i>follow-up</i> para avaliar efeitos da formação</p> <p>Reforçar a relação entre formação inicial e contínua</p>	<p>Combater o isolamento da atividade dos formadores e formandos</p> <p>Consolidar parcerias IES-escolas, ampliando a diversidade de perspetivas, reforçando o trabalho investigativo conjunto e partilhando boas práticas</p> <p>Fomentar o sentido de comprometimento profissional dos formandos e uma abordagem partilhada e colaborativa no ensino</p> <p>Promover a transferência de práticas inovadoras desenvolvidas nas CoP</p> <p>Promover a colaboração e o desenvolvimento profissional dos formadores (formação inicial e contínua)</p>	<p>Transformar redes de trabalho existentes em verdadeiras CoP</p> <p>Clarificar e valorizar o estatuto do formador/supervisor, e criar condições de trabalho para a sua participação em CoP (tempo, recursos materiais e humanos...)</p> <p>Reconhecer e recompensar o papel dos orientadores cooperantes</p> <p>Envolver as escolas de forma mais abrangente e aprofundada no desenvolvimento de CoP</p>
O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Dinamizar redes de colaboração internas e externas que valorizem a função docente nas IES, em particular a formação inicial de educadores</p> <p>Criar condições para a consolidação de CoP na formação inicial de educadores</p> <p>Envolver as CoP na divulgação e publicação do seu trabalho, fomentar a transferência de práticas e motivar a adesão às CoP</p>	<p>Conhecer e discutir referenciais de desenvolvimento profissional dos formadores</p> <p>Reconhecer e valorizar a formação inicial de educadores, o trabalho dos formadores e a participação em CoP</p> <p>Diminuir a distância entre formadores e formandos, através do envolvimento dos formandos nas CoP e no desenvolvimento curricular dos cursos</p>	<p>Clarificar o estatuto e as funções do formador, e o que isso implica para as IES</p> <p>Produzir conhecimento inter/transdisciplinar a partir de questões do quotidiano da escola</p> <p>Constituir, através da ação das CoP, bases para a inovação pedagógica e a melhoria da qualidade dos programas de formação inicial e contínua</p> <p>Melhorar, através da ação das CoP, a representação social do educador</p>	<p>Reforçar e valorizar conexões entre investigação, ensino, supervisão e formação</p> <p>Aumentar o tempo letivo atribuído à supervisão pedagógica</p> <p>Criar condições reais para a constituição de verdadeiras CoP (tempo, recursos humanos e materiais, reconhecimento institucional...)</p> <p>Rever políticas públicas de modo a favorecer as mudanças propostas</p>

E se... houver um acompanhamento e uma avaliação do potencial transformador dos programas de formação, durante e/ou após o seu desenvolvimento, com implicações na melhoria desses programas?

Esta ambição evidencia a necessidade de construir práticas de formação sustentáveis através de mecanismos de monitorização e avaliação da sua qualidade. O cenário de inovação proposto sublinha a implementação de mecanismos de avaliação diversificados e ajustados aos contextos, assim como o desenvolvimento de metodologias de avaliação participativas, supondo a autonomia e agência dos atores da formação na conceção e revisão das práticas formativas e a criação de condições materiais e humanas que fomentem a sua qualidade.

O que se faz (boas práticas)	O que se pode fazer melhor	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Desenvolver mecanismos institucionais de garantia da qualidade da formação (questionários institucionais de avaliação da qualidade; relatórios de UC, curso e ciclo de estudos)</p> <p>Implementar práticas de monitorização e avaliação da qualidade ajustadas aos contextos (por ex.: questionário aos atores do estágio; coordenação de cursos com uma dimensão social e psicológica; apoio aos formandos através do gabinete de apoio a estudantes)</p> <p>Envolver os formandos no desenvolvimento e na avaliação dos cursos, através de questionários e outras estratégias que permitam auscultar a sua voz</p> <p>Acompanhar e apoiar as aprendizagens dos formandos, e sinalizar situações que influenciam positiva ou negativamente o seu bem-estar</p> <p>Envolver os orientadores cooperantes em momentos importantes da formação</p> <p>Realizar investigação sobre o modelo de formação nas suas várias dimensões, incluindo a prática pedagógica</p> <p>Analisar e melhorar a qualidade dos cursos em função da avaliação interna e da avaliação externa da A3ES</p>	<p>Aumentar a confiança nos instrumentos de avaliação interna</p> <p>Sensibilizar os formandos para a importância da sua participação na avaliação da formação</p> <p>Aumentar a taxa de resposta dos formandos aos questionários institucionais e reforçar a sua participação em momentos de avaliação ao longo do curso (por ex., através de um canal digital)</p> <p>Incluir elementos externos nas comissões de curso</p> <p>Aumentar o tempo de acompanhamento dos formandos no estágio e orientação de relatórios</p> <p>Promover formação contínua e pós-graduada gratuita para os orientadores cooperantes</p> <p>Promover formação em inovação pedagógica para docentes do ensino superior</p> <p>Diminuir a carga burocrática do trabalho docente</p>	<p>Adotar metodologias de avaliação mais participativas, promovendo um envolvimento consciente e comprometido de todos os participantes da formação (formandos, formadores/supervisores e orientadores cooperantes)</p> <p>Mobilizar práticas de formação mais inovadoras e participativas, tornando-se exemplos para os formandos</p> <p>Melhorar o sentido educativo da formação e a experiência formativa dos estudantes, e aumentar o seu bem-estar e níveis de satisfação</p> <p>Tornar os formandos mais comprometidos e mais envolvidos no seu processo formativo, mais despertos, críticos, reflexivos e ativos</p> <p>Cultivar uma atitude de questionamento permanente e espírito crítico no âmbito da formação (formação enquanto espaço de inquietação)</p>	<p>Valorizar a voz e a agência dos formandos no processo formativo</p> <p>Valorizar o trabalho dos orientadores cooperantes (remuneração, impacto na avaliação docente, tempo de supervisão como tempo de formação contínua)</p> <p>Sensibilizar os órgãos de gestão das IES e a tutela para a importância do acompanhamento personalizado dos formandos em estágio</p> <p>Melhorar o funcionamento dos cursos quanto à relação teoria-prática e ao rácio formador/ formandos</p> <p>Aumentar o tempo de escuta dos participantes e de reflexão conjunta sobre as práticas formativas, criando espaços e canais de comunicação e partilha</p> <p>Investir em recursos e infraestruturas nas IES para apoiar o acompanhamento e a avaliação dos programas de formação</p> <p>Definir políticas de financiamento adequadas à natureza dos cursos de formação inicial</p> <p>Investir na renovação e atualização do corpo docente das IES, tendo em vista a continuidade da formação e a inovação das práticas formativas</p>

O que necessita de ser transformado	O que é necessário fazer	Implicações: o que se espera conseguir	Desafios: condições a criar
<p>Melhorar a articulação dos programas de formação com os contextos escolares e realizar projetos conjuntos que respondam a interesses das comunidades educativas</p> <p>Promover um maior envolvimento dos orientadores cooperantes no desenvolvimento e avaliação da formação em estágio</p> <p>Promover uma maior participação dos formandos nos processos de gestão pedagógica</p> <p>Dar maior autonomia às IES no desenho, desenvolvimento e avaliação dos programas de formação</p>	<p>Auscultar as comunidades educativas que participam nos processos formativos</p> <p>Criar momentos e espaços de reflexão permanente sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico na formação e na sociedade</p> <p>Reforçar o alinhamento entre as políticas educativas, a legislação sobre a formação de educadores e aquilo que se espera para a qualidade da educação</p> <p>Flexibilizar a legislação que determina a atribuição de créditos às componentes dos programas de formação</p> <p>Ampliar a avaliação dos programas para aferir o seu potencial transformador</p> <p>Promover a formação pedagógica dos docentes do ensino superior</p>	<p>Promover a aplicação de referenciais e recomendações de inovação pedagógica</p> <p>Incrementar a relevância social dos programas de formação, adequando os modelos de formação às necessidades e desafios de uma sociedade em transformação, e respondendo de modo ajustado às especificidades dos contextos educativos</p> <p>Formar educadores reflexivos, críticos e disponíveis para se adaptarem às constantes mudanças e desafios sociais</p> <p>Melhorar a representação social e a atratividade da profissão docente</p>	<p>Reforçar a dimensão da inovação nos programas de formação inicial, atendendo à diversidade dos contextos e das realidades sociais e tecnológicas emergentes</p> <p>Clarificar o estatuto do formador e melhorar as condições da supervisão para os supervisores e os orientadores cooperantes</p> <p>Investir em políticas adequadas de financiamento da formação docente, em mais e melhores recursos e equipamentos nas IES, e na renovação do corpo docente</p> <p>Desburocratizar e diversificar os modelos de avaliação da qualidade, atendendo aos processos formativos e à dimensão da inovação na formação e na educação escolar</p>

Avaliação do Seminário

A avaliação do seminário foi efetuada através de um questionário anónimo disponibilizado *online*, ao qual responderam 48 participantes (77,4%), maioritariamente diretores de mestrado (n=27) e coordenadores de estágio/ prática pedagógica (n=11) ou seus representantes. As perceções recolhidas (Gráfico 1) revelam um elevado grau de satisfação nas dimensões consideradas.

Numa escala de 1 a 4, indique o seu grau de satisfação relativamente aos seguintes aspetos do seminário:

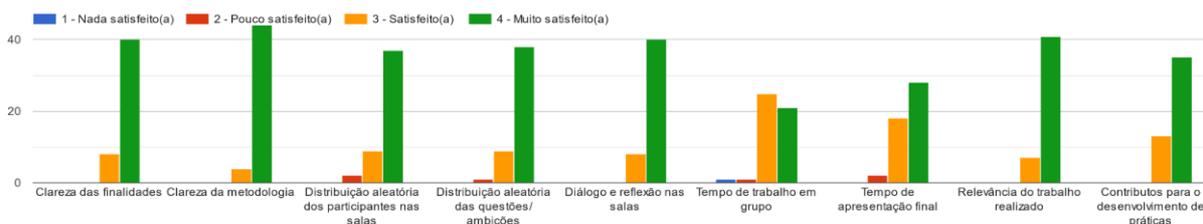


Gráfico 1: Satisfação dos participantes

Numa secção de comentários livres, alguns participantes sublinharam a relevância do seminário e a necessidade de haver fóruns regulares de reflexão conjunta, manifestando interesse em aprofundar a reflexão noutras oportunidades e congratulando o CNE pela iniciativa.

Nas apresentações dos trabalhos, foi referida a riqueza e a intensidade da discussão nos grupos, assim como a oportunidade de partilha de ideias e experiências, potenciadas pela diversidade das vivências dos participantes e das práticas das IES.

Na sequência desta avaliação e da reflexão posteriormente realizada no âmbito da Comissão Especializada Permanente, decidiu-se que o seminário seguinte, que será focado na formação contínua, manterá a metodologia seguida.

Notas Finais

A Recomendação sobre a Inovação Pedagógica nas Escolas (CNE, 2023) propõe a consideração de três dimensões da educação e da inovação:

- A. *Um sentido social, relativo a uma visão transformadora da educação;*
- B. *Uma orientação local e sistêmica, relativa aos contextos, condições, monitorização e avaliação da inovação;*
- C. *Uma focalização nos educandos e na aprendizagem, relativa à gestão do currículo e às abordagens pedagógicas.*

Estas dimensões subjazem à definição de um conjunto de orientações que visam a criação de cenários de desenvolvimento profissional favoráveis à inovação pedagógica no que respeita a pressupostos, finalidades e natureza da formação (inicial, contínua e especializada) de educadores:

Basear os programas de formação numa visão transformadora da educação, tendo em consideração as políticas educativas (trans)nacionais e as orientações curriculares nacionais, e fomentando o desenvolvimento de educadores informados, reflexivos e agentes de mudança;

Promover a análise de referenciais teóricos, políticas educativas (trans)nacionais, orientações curriculares nacionais e estudos de inovação pedagógica, em confronto com as vivências e aspirações dos (futuros) educadores;

Promover a compreensão da complexidade e da natureza multifacetada da inovação pedagógica, de condições (des)favoráveis ao seu desenvolvimento e de mecanismos de monitorização e avaliação que favoreçam a sua consolidação e sustentabilidade;

Promover o desenho, a realização, a avaliação e a disseminação de iniciativas de inovação pedagógica, criando mecanismos de apoio (supervisão, mentoria) ao seu desenvolvimento;

Criar parcerias colegiais entre entidades de formação, escolas e associações profissionais no desenvolvimento de iniciativas de inovação pedagógica;

Articular os programas de formação desenvolvidos nas instituições de ensino superior com as suas agendas de investigação, promovendo, por um lado, a realização projetos de investigação com relevância para a mudança educativa nas escolas, e, por outro lado, a realização de estudos internos sobre os programas de formação quanto à sua capacidade de desenvolver profissionais informados, reflexivos e capazes de promover a mudança;

Desenvolver, nos (futuros) educadores, competências profissionais (conhecimentos, capacidades e atitudes) necessárias ao desenvolvimento de práticas centradas nos educandos e na aprendizagem.

(CNE, 2023, pp. 7-8)

No seu conjunto, os cenários de inovação traçados respondem a estas orientações, implicando mudanças significativas ao nível dos programas e práticas de formação, assim como a criação de melhores condições para a concretização e a sustentabilidade dessas mudanças. Podemos identificar algumas linhas de força que atravessam diversos cenários:

- desenvolvimento de currículos e práticas de formação inovadores, alinhados com uma visão humanista e democrática da formação e da educação, que promovam abordagens inter/transdisciplinares e uma maior integração entre teoria e prática, e entre investigação e ensino;
- maior valorização e reconhecimento do estatuto do formador, do supervisor e do orientador cooperante, e criação de melhores condições de trabalho para estes atores da formação;
- reforço de parcerias colegiais entre as IES e as escolas, em espaços e tempos de reflexão, formação, investigação-ação, e partilha e disseminação de boas práticas;

- constituição de CoP intra/interinstitucionais que contribuam para a reconfiguração dos programas de formação e das práticas educativas, para o desenvolvimento profissional dos seus participantes e para o avanço da formação e da educação, numa perspetiva transformadora;
- ampliação da agência de todos os atores na conceção, acompanhamento, avaliação e melhoria de programas e práticas de formação;
- definição de políticas públicas que valorizem a formação de educadores, criem melhores condições de trabalho na formação e favoreçam mudanças sustentáveis nos contextos formativos, com implicações nos contextos educativos.

Sabemos que a inovação pedagógica nas escolas é um processo complexo, lento e sujeito a diversos constrangimentos, sempre situado entre um *real* e um *ideal*, no espaço da *possibilidade*. Retoma-se aqui, a este propósito, um excerto do Referencial do CNE anexo à Recomendação:

As escolas são organizações complexas onde coabitam múltiplas racionalidades e lógicas de ação. A inovação pedagógica requer diálogo e negociação, apoiados numa análise crítica dos contextos. A inexistência de condições favoráveis à inovação pode explicar atitudes de desmotivação profissional ou de resistência à mudança, mas importa sublinhar que não constitui um obstáculo à mesma, como comprovam as inúmeras iniciativas continuamente desenvolvidas nas escolas, mesmo em condições adversas. A inovação pode constituir uma via de superação de constrangimentos e também de criação ou reclamação de melhores condições. Neste sentido, a resiliência dos atores educativos pode ser entendida como uma dimensão intrínseca dos processos de inovação, sempre situados entre um *real* e um *ideal*, no espaço da *possibilidade*. A busca de caminhos para uma educação mais humanista, democrática e promotora do sucesso educativo implica, necessariamente, a problematização dos constrangimentos observados, a criação de estratégias de superação e a afirmação das escolas como organizações aprendentes, lugares de reflexão e intervenção críticas. (CNE, 2023, p. 16)

Poderíamos transpor estas ideias para o contexto formativo, substituindo “escolas” por “instituições de formação”. Com efeito, a inovação na formação é também um processo complexo, lento e sujeito a diversos constrangimentos, sempre situado entre um *real* e um *ideal*, no espaço da *possibilidade*. Basta lermos, nos cenários de inovação acima propostos, as condições entendidas como necessárias à sua concretização, para compreendermos que, entre o que fazemos e o que ambicionamos fazer, existe um caminho a percorrer. Mas se as IES querem contribuir, em conjunto com as escolas, para *a ambição maior de construir uma educação e uma sociedade (cada vez mais) humanistas e democráticas*, há que percorrer esse caminho, o que exige um posicionamento crítico face aos contextos, uma atitude de resiliência face aos obstáculos, e também a capacidade de antever possibilidades e a vontade de as concretizar, por mais impossíveis que algumas delas possam parecer. Tudo isto ficou claro no trabalho realizado.

O facto de as ambições serem exploradas em grupos de participantes que trazem experiências, convicções e aspirações diversas contribuiu de modo decisivo para a negociação de perspetivas, a construção de consensos e o enriquecimento dos cenários de inovação propostos. Embora estes não constituam propostas fechadas, porque em educação tudo pode ser repensado, revisto e aperfeiçoado, importa sublinhar a quantidade e o valor das ‘boas práticas’ relatadas, que deverão ser reconhecidas, valorizadas e divulgadas, e também a quantidade e o valor dos caminhos de mudança traçados, que nos transportam para futuros desejados e partilhados na formação inicial de educadores, com implicações nas práticas educativas das escolas.

Do ciclo de seminários resultará um relatório final com os cenários de inovação pedagógica construídos por diferentes grupos de atores, a divulgar amplamente, sendo um dos objetivos desta iniciativa do CNE contribuir para a definição de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de linhas de (inov)ação coletiva nos contextos educativos e de formação profissional.

Participantes

Participantes das IES

Amélia Marchão	Instituto Politécnico de Portalegre
Ana Isabel Silva	Instituto Politécnico de Viseu
Ana Maria Serrano	Universidade do Minho
Ana Patrícia Martins	Instituto Politécnico de Viseu
Ana Teresa Brito	Ispa - Instituto Universitário
Anabela Freitas	Instituto Politécnico da Lusofonia
António Manuel da Conceição Guerreiro	Universidade do Algarve
Bárbara da Conceição Rala Esparteiro	Instituto Politécnico de Beja
Carla Alexandra Dionísio Gonçalves	Universidade do Algarve
Carla Lacerda	Instituto Politécnico de Viseu
Carla Sofia Lima Barreira Araújo	Instituto Politécnico de Bragança
Carlos Manuel da Costa Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança
Carolyn Leslie	Universidade NOVA de Lisboa
Clarinda Luísa Ferreira Barata	Instituto Politécnico de Leiria
Cristiana Martinha	Universidade do Minho
Cristina Azevedo Gomes	Instituto Politécnico de Viseu
Cristina Manuela Sá	Universidade de Aveiro
Dulce Franco	Instituto Politécnico da Lusofonia
Elisabete Mendes Silva	Instituto Politécnico de Bragança
Elsa Maria Teixeira Pacheco	Universidade do Porto
Elsa Silva	Universidade de Coimbra
Elza da Conceição Mesquita	Instituto Politécnico de Bragança
Fernando Luís de Sousa Correia	Universidade da Madeira
Glória Solé	Universidade do Minho
Helena Margarida Vasconcelos Gomes	Instituto Politécnico de Viseu
Helena Rocha	Universidade NOVA de Lisboa
Helena Topa Valentim	Universidade NOVA de Lisboa
Ilda Freire Ribeiro	Instituto Politécnico de Bragança
João Correia de Freitas	Universidade NOVA de Lisboa
José Alberto Lencastre	Universidade do Minho
Luís Manuel Bernardo	Universidade NOVA de Lisboa
Luísa Maria Serrano de Carvalho	Instituto Politécnico de Portalegre
Marcos Onofre	Universidade de Lisboa
Maria Alfredo Moreira	Universidade do Minho
Maria Beatriz de Oliveira Pereira	Universidade do Minho
Maria Clementina Rodrigues Rios	Instituto Politécnico da Lusofonia
Maria Cristina Vieira da Silva	Escola Superior de Educação Paula Frassinetti
Maria da Conceição Martins	Instituto Politécnico de Bragança
Maria do Céu Ribeiro	Instituto Politécnico de Bragança
Maria Elisabete Mendes	Instituto Politécnico de Portalegre
Maria Isabel Cabrita Condessa	Universidade dos Açores
Maria Isabel Ribeiro de Castro	Instituto Politécnico de Bragança
Maria Leonor Borges	Universidade do Algarve

Maria Neves Leal Gonçalves	Instituto Politécnico da Lusofonia
Maria Raquel Vaz Patrício	Instituto Politécnico de Bragança
Mariana de Sena Amaral da Cunha	Universidade da Maia
Mário Rui Domingues Ferreira da Cruz	Instituto Politécnico do Porto
Marta Garcia Tunes Eufrazio	Instituto Politécnico do Porto
Miguel Oliveira	Instituto Politécnico de Leiria
Mónica Pereira	Ispa - Instituto Universitário
Nádia Ferreira	Ispa - Instituto Universitário
Paula Marisa Fortunato Vaz	Instituto Politécnico de Bragança
Paula Queirós	Universidade do Porto
Raquel José de Jesus Vigário Dinis	Universidade dos Açores
Rita Brito	Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC Lisboa)
Rui Araújo	Universidade da Maia
Rute Rocha	Universidade do Algarve
Sara Dias-Trindade	Universidade do Porto
Sónia Moreira	Instituto Politécnico do Porto
Sónia Valente	Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC Lisboa)
Teresa Santos Silva	Universidade NOVA de Lisboa
Tiago Neto	Instituto Politécnico de Lisboa

Moderadores - Conselheiros do CNE

Flávia Vieira
César Paulo
Hermínia Rodrigues
João Couvaneiro
Manuel Gomes
Matilde Rocha
Nuno Ferro

Assessoras técnico-científicas do CNE

Aldina Lobo
Conceição Gonçalves

Redatores

Flávia Vieira (coord.), César Paulo, Hermínia Rodrigues, João Couvaneiro, Manuel Gomes, Matilde Rocha e Nuno Ferro (com o apoio de Aldina Lobo e Conceição Gonçalves)